

DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel, a "Redentora" dos Escravos. Uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. São Paulo: Edusc/Fapesp, 2004, 286 p.

José Maia **BEZERRA NETO**
Universidade Federal do Pará

Na cidade de Belém do Pará, no chamado bairro do Condor, existe uma pequena praça na confluência das Avenidas Alcindo Cacela e Bernardo Sayão, a partir da qual é possível ver as águas do rio Guamá. Neste logradouro, chamado Praça Princesa Isabel, bastante conhecido por ter sido durante muito tempo o endereço de um famoso bar da boemia belenense, denominado "Palácio dos Bares", que foi cenário de uma das cenas do filme *Bye bye Brasil*, existe bem à sua entrada uma imagem escultórica da Princesa Isabel, sob a forma de um medalhão, que pode ser vista por qualquer pessoa que passe em frente à praça, seja de carro, de ônibus, bicicleta, carroça ou a pé. Acredito que a escolha de sua localização tenha essa intencionalidade, mesmo que muitas pessoas não mais reparem ou sequer notem este pequeno monumento. Ainda no município da capital paraense, só que na ilha do Mosqueiro, balneário próximo à cidade de Belém, na praça da vila, existe uma outra escultura da Princesa Isabel, desta vez de corpo inteiro, reproduzindo sua imagem clássica como "Redentora", com duas crianças provavelmente libertas aos seus pés, sob sua proteção e agraciados pela liberdade. Recordo aqui tais imagens justamente por aquilo que evocam, ou seja, a memória da Princesa Isabel como a "Redentora" dos escravos. A construção dessa memória foi investigada pelo historiador Robert Daibert Junior, a razão de ser de seu livro aqui resenhado, originalmente sua dissertação de mestrado junto à Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.

Interessante observar que Daibert Jr. inicia seu livro localizando o nascimento de sua pesquisa justamente quando visitava o Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 1997. Deparou-se, na ocasião com "uma estátua da Princesa Isabel tendo aos pés a figura de um negro em posição de submissão e adoração" (p. 7). A

indiferença da maioria das pessoas que visitava o Museu para com a referida estátua levou Daibert Jr. a perceber que os visitantes, que são movidos justamente pela curiosidade de conhecer, não davam atenção à imagem da Princesa Isabel por se tratar de “uma imagem clássica e já consagrada: a figura da Princesa ‘Redentora’” (*Idem*). Como se deu o processo de construção dessa imagem é a questão posta pelo autor, demonstrando os caminhos tortuosos pelos quais o historiador precisa seguir para não perder o fio dessa meada.

No primeiro capítulo, Daibert Jr. discute o papel e o lugar da Princesa Isabel, herdeira presuntiva da coroa brasileira, desde seu nascimento e formação como futura imperatriz, passando pelo seu matrimônio, e as suas experiências como Regente do Império, demonstrando, ao final desse capítulo, a preocupação de Isabel com a apresentação pública de si mesma, afinal de contas à medida que o Imperador envelhecia, aproximava-se o tempo em que se havia de inaugurar-se o Terceiro Reinado sob o governo de Isabel I. Inclusive, mostra o autor, que o aprendizado do poder monárquico pela futura imperatriz aquando das regências em nome de seu pai, tinha um modelo político no reinado da Rainha Vitória da Inglaterra a ser seguido, até porque se a principal potência à época era governada por uma mulher, por que não o podia ser o Brasil? Enfim, quando da leitura desta parte do livro, embora o mesmo seja válido para o seu conjunto, é possível ver certa afinidade com alguns outros trabalhos mais recentes sobre a experiência monárquica no Brasil, tais como as obras de Lilia Schwarcz, *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos* (Companhia das Letras, 1998) e de Jurandir Malerba, *A Corte no Exílio. Civilização e poder no Brasil às vésperas da independência, 1808-1821* (Companhia das Letras, 2000), ainda que pesem as diferenças de análise e propostas de investigação entre esses autores. Digo certa afinidade porque estes livros procuram entender a experiência monárquica brasileira a partir dos sentidos e significados da presença do Rei entre nós, demonstrando que não é possível compreender o estabelecimento do regime monárquico no Brasil apenas como casuísmo político das elites agrárias e escravocratas, muito menos como um Estado que só tinha a sua razão de ser tão somente porque era sustentado pelos interesses dessas elites, a quem devia a todo custo proteger e manter. Afinal, como se pode constatar pela leitura desses trabalhos, sem querer ser injusto com os que aqui não cito, nos jogos da política, as coisas não eram e não são tão simples assim!

Já no segundo capítulo, é possível ver mais de perto como Isabel se torna a “Redentora”, quando na Corte e no exercício da Regência se revela partidária de um determinado abolicionismo moderado, sendo, portanto, próxima de Joaquim Nabuco e daqueles a quem esse abolicionista chamou certa vez de sua “igreja”, nas páginas de seu livro *Minha Formação*. No ocaso do Império, conhece a Princesa Isabel seus dias de glória e popularidade, bem como a queda do regime imperial e o exílio compulsório na Europa ao lado da família imperial. Esta parte do livro, diz como Isabel, que se preparava para reinar em lugar de seu pai, ao mesmo tempo em que se filiava aos segmentos conservadores e ultramontanos católicos, despertando a desconfiança de setores liberais e progressistas da sociedade brasileira, desafiava os setores reacionários em sua atitude decidida em defesa da abolição imediata e sem indenização através do Parlamento. Neste último caso, que é o que importa aqui, a Princesa não apenas demitiu o Ministério Cotegipe, contrário à abolição imediata e sem indenização, como quebrou o protocolo político imperial inaugurado por seu pai, Dom Pedro II, ao nomear um novo governo, capitaneado pelo conservador João Alfredo, sem levar em conta a opinião do ministério demissionário, inovando politicamente porque percebia de um lado a necessidade de não mais tardar uma solução definitiva para a chamada *Questão Servil*, até porque a escravidão como regime fazia água diante das fugas escravas. Por outro lado, face o crescente apoio popular ao abolicionismo, Isabel buscava identificar-se com a causa abolicionista, importante bandeira política e social dos oitocentos no Brasil e alhures, pois tratava-se de se firmar a imagem da monarquia como um regime moderno e afinado com o progresso moral e material de seu tempo. Com esta atitude, Isabel queria dizer naquela altura, que o Terceiro Reinado era a garantia da exequibilidade das reformas sociais e civilizadoras ditas como necessárias ao país sem convulsões sociais e revoluções políticas.

No terceiro e último capítulo do trabalho de Daibert Jr., que não deixa de ser um desdobramento daquilo que já se vinha anunciando nos anteriores, Isabel e a família imperial estão exiladas na Europa, da qual a Princesa não mais retorna em vida, porque lá falece antes que o decreto republicano de banimento da família imperial fosse revogado. Derrubada a monarquia, banida a família imperial, tratava o novo regime de cuidar de sua legitimidade junto ao povo. Para tanto era preciso reescrever a história pátria de acordo com o espírito republicano, eclipsando da memória tudo que, lembrando a

Monarquia acabasse desabonando a República. Assim, à imagem de uma Isabel “Redentora” que havia abolido a escravidão, tão cara aos abolicionistas monarquistas, devia ser oposta e consolidada uma outra de acordo com o figurino republicano, constituindo-se, portanto, uma memória republicana da abolição que, ao longo dos novecentos, acaba ganhando o status de explicação histórica por parte da historiografia, afinal muito do que se escreveu sobre a abolição e o abolicionismo o fora a partir das narrativas dos que haviam tomado parte no processo, sendo só mais recentemente pesquisado o assunto a partir dos acervos documentais existentes nos mais diversos arquivos. Nesta leitura republicana da abolição, aliás, não havia lugar para a “Redentora”, sendo seu papel minimizado, até mesmo obscurecido. Lembro-me aqui de alguns autores do início da República no Pará, tais como Arthur Vianna em seu *Pontos de história do Pará*, que seguiam esse rumo de reflexão. Digo mais, a memória republicana da abolição acaba contribuindo para se firmar uma imagem do Estado Imperial como incapaz de formular uma política de emancipação do trabalho escravo que não fosse tão somente protelatória da chamada *Questão Servil*, bem ao gosto das elites escravocratas. Assim não existiria uma política monárquica para solucionar o *Problema Servil*, ou quando muito, tão somente a aprovação de leis sob a pressão abolicionista para esfriar a mesma e manter por mais tempo a escravidão, dada, inclusive, a natureza ineficaz e demagógica dessas mesmas leis. Penso eu, todavia, que o trabalho aqui resenhado, bem como alguns outros da recente historiografia brasileira sobre a escravidão e particularmente sobre o abolicionismo, podem ajudar a pensar diferente dessa memória, afinal gostemos ou não da forma como a Monarquia encaminhou a abolição, havia uma política emancipadora monárquica, ainda que abreviada pelas pressões das ruas e das senzalas.

Ainda, no último capítulo, vê-se como a imagem e o mito da Princesa Isabel como a “Redentora”, apesar da jovem República brasileira, se mantinha vivo por conta da afetividade que lhe era consagrada pelos ex-escravos ao longo tempo. Assim, por exemplo, no 13 de maio de 1891, na cidade de Mar de Espanha, em Minas Gerais, um grupo de ex-escravos havia sido preso pela polícia justamente porque, comemorando o terceiro aniversário da Lei Áurea, homenageava a Princesa Isabel, portando ainda a bandeira do Império e dando vivas à Monarquia. Aquilo que o autor chama de os “olhares negros” em oposição aos “olhares brancos”, é que havia de legar à

Princesa a memória como “Redentora”, que lhe era negada. Posso lembrar aqui também, a partir do texto *A invenção de Anastácia* de Mônica Dias de Souza (Revista *Nossa História*, ano 2, número 19, maio 2005, p. 26-27), outra situação: em 1970, a Irmandade do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos, cuja história remonta ao século XVIII, fundou o Museu do Negro, na Rua do Rosário, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Neste, entre correntes de ferro da época da escravidão, fitinhas, santos e imagens de pretos velhos, existe uma réplica da cripta da Princesa Isabel e do Conde D’Eu. Lá estão, portanto, os horrores da escravidão, a importância social do negro para a sociedade brasileira e a “Redentora”. À medida que a República fazia as pazes com o passado monárquico brasileiro ao longo do século XX, ainda que ao gosto republicano, o mito de Isabel como “Redentora” tão caro aos “olhares negros” acabava sendo entronizado no panteão cívico da pátria, até porque a imagem de Isabel como “Redentora” era associada à de Princesa que, apesar de Regente, nunca foi Rainha. Assim, garantia-se um lugar de destaque à Princesa Isabel que seria justamente o de consagração de uma história da abolição sem conflito, ao mesmo tempo em que, esvaziado o seu conteúdo político, afirmava-se como um momento de congraçamento racial. Aliás, um exemplo do que se diz aqui pode ser observado nas imagens consagradas e congeladas das figuras imperiais de Pedro I, Pedro II e Isabel que eram estampadas nas cédulas de dinheiro brasileiro ao longo das décadas anteriores ao Real. Lá está Pedro I, jovem e altivo; Pedro II, velho e sereno; e Isabel, maternal e rígida, como cabia, respectivamente, ao proclamador da independência, ao consolidador da ordem e unidade nacional e à “Redentora” dos escravos tal como uma mãe de bom coração e caritativa, porém de natureza firme em suas atitudes.

Enfim, a natureza polissêmica do abolicionismo, com as suas mais diversas práticas e propostas, desde as mais radicalizadas até as de cunho moderado, envolvendo desde monarquistas, republicanos e até socialistas, abrangendo desde escravos, libertos e livres das mais diversas esferas sociais e nacionalidades, permite entender que o 13 de Maio não deve ser visto apenas como uma efeméride que remete ao ato filantrópico e caritativo de uma princesa de bom coração. Afinal, fazê-lo não somente seria fazer coro a uma história que despolitiza a figura feminina, retirando a Princesa Isabel do mundo da política, como sujeito das disputas políticas, para eternizá-la como o modelo clássico de mulher que age tão somente guiada pelo sentimento ou coração, mas, que é o